

## O CIRCUITO DE FEIRAS DO PRODUTOR DE ARARAQUARA: ESPAÇOS DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA POPULAÇÃO

*BENJAMIM VIEIRA, Camila<sup>1</sup>  
JARDIM, Maria Chaves<sup>2</sup>*

**Eixo Temático:** Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial

### RESUMO

O circuito de feiras do produtor no município de Araraquara-SP conta com mais de dez feiras distribuídas ao longo da semana. São idealizadores dessas: a prefeitura municipal com o projeto “Negócio do Campo”, moradores de um condomínio habitacional e a Universidade de Araraquara (UNIARA) através do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) e do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA). Tais feiras são destinadas à venda direta para população, sendo seus agentes os agricultores familiares da cidade e região (em sua maioria assentados da reforma agrária), bem como as instituições e a população consumidora. Essa pesquisa tem como recorte evidenciar através de discursos e ações a função socioeconômica para a população local, em especial agricultores familiares assentados, do circuito de feiras do produtor no município de Araraquara-SP. Para isso utilizaremos as entrevistas, revisão bibliográfica e pesquisa de campo da dissertação “O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica” (BENJAMIM VIEIRA, 2017), sustentada pela sociologia reflexiva, somada a sociologia econômica e sociologia rural. O que nos guia é a afirmação de que a feira tem significado em quase todas as comunidades (GARCIA-PARPET, 1984), e no município de Araraquara é um espaço no qual os feirantes escoam sua produção, os consumidores se abastecem com alimentos de maior qualidade e menor preço - comparado a outros comércios da cidade - e as instituições (em especial a prefeitura) atende demandas da população.

**Palavras-Chave:** Feira do Produtor, Sociologia Econômica, Agricultura Familiar.

### INTRODUÇÃO

A feira assume um papel social e cultural (RAU, 1983; GARCIA-PARPET 1984; KURANAGA, 2006), como ponto de partida das Ciências Sociais<sup>3</sup> podemos ver na feira um lugar de troca que não se limita à compra e venda de mercadorias, dado a relação de proximidade dos agentes que fazem a troca, como também ponto de encontro e lazer da

---

<sup>1</sup>UNESP/Araraquara. Mestre em Ciências Sociais. benjamimcamila@gmail.com.

<sup>2</sup> UNESP/Araraquara. Profª Doutora em Ciências Sociais. majardim@fclar.unesp.br.

<sup>3</sup>Esse trabalho contém reflexões da dissertação “O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica” (BENJAMIM VIEIRA, 2017), defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara, defendida em 10/04/2017.

população consumidora.

Mas primeiramente gostaríamos de ressaltar que as mudanças complexas no meio rural brasileiro, iniciadas nos anos 1930 com a modernização conservadora e intensificada nos anos 1970 com a Revolução Verde, contribuiu para a concomitância de atividades diversas no campo, as quais correspondem às estratégias familiares que levaram os agricultores escolherem algumas atividades, e não outras, para a reprodução social e econômica de seu grupo (WHITAKER, 2003). A pergunta que nos incita é: porque alguns desses agricultores estão inseridos no circuito de feiras?.

A relação entre campesinato e comércio nas feiras, estavam nos anos 1990 marginalizadas nas investigações acadêmicas, sendo vista como não legítimas em comparação aos estudos de outros mercados agrícolas. Por exemplo, estudos sobre a produção para a exportação estavam atrelados semanticamente ao interesse geral, já as feiras estavam ligadas ao “individual”, essa designação se referia às feiras livres por terem a presença de negociantes atravessadores (GARCIA-PARPET, 1984).

São chamados de atravessadores os comerciantes que comprem os produtos para revendê-los, ou seja, eles não são os agricultores (não necessariamente); essa prática é comum em estabelecimentos diversos como hortifrúti, mercados, feiras-livres, etc. Nessa operação agrega-se valor nos preços dos produtos, devido ao trabalho de logística do atravessador e/ou especulação, o que faz com que o preço dos itens seja maior para o consumidor final e/ou a remuneração do produtor menor. Por essas especificidades os atravessadores eram vistos como aproveitadores, e por serem parte importante da feira livre, sua presença acabava por ocultar um possível interesse dos acadêmicos na função social das feiras (GARCIA-PARPET, 2002).

Em feiras específicas de produtores a figura do atravessador é eliminada, dando espaço a venda direta, ou seja, na relação de troca entre produtor e consumidor, nesse caso o agricultor passa a exercer uma dupla função de feirante/agricultor (BENJAMIM VIEIRA, 2017).

Quando há a venda direta a produção pode ser melhor adaptada conforme a demanda dos consumidores, mas essa demanda pressupõe a existência de espaços de comércio. Essa via é, na maioria das vezes, operacionalizada pelo governo local, ou seja, são instituições públicas atuando em um ciclo de comércio, para o atendimento de necessidades da população (alimentação e escoamento da produção). A feira se apresenta como lugar de excelência para essas alternativas, na qual, segundo esses aspectos, garantem a qualidade alimentar não só para

os consumidores, mas também para os produtores<sup>4</sup>.

Somando-se a essas breves considerações sobre as feiras de produtores, e buscando refletir quem são esses produtores, temos que a agricultura familiar<sup>5</sup> tem procurado espaços de maior autonomia, nos quais ações conjuntas entre produtores, consumidores e o Estado<sup>6</sup> têm reforçados esses circuitos de venda direta.

São raras feiras livres que possuam políticas públicas específicas para a comercialização de produtos da agricultura familiar e quando existem estão justificadas pelo viés utilitarista, bem como por estudos voltados para os aspectos mercantis da feira (PIERRI e VALENTE, 2010). Porém encontramos no cenário das feiras de produtores em Araraquara-SP, a prefeitura municipal como instituição articuladora da maioria dessas feiras que têm a caracterização de serem voltadas para o escoamento da produção de agricultores familiares, sobre tudo moradores de assentamentos.

No município de Araraquara os maiores cultivos por extensão de terra (hectares) são a cana, o eucalipto e a laranja<sup>7</sup>. Em meio a essas grandes plantações situam-se pequenas propriedades de agricultores familiares, além de três assentamentos da reforma agrária: Monte Alegre, Bela Vista do Chibarro e Bueno de Andrada, que juntos possuem mais de 550 famílias moradoras.

## AS FEIRAS EM ARARAQUARA-SP

Em relação ao histórico de feiras na cidade a primeira lei (Lei 244) que estabeleceu o funcionamento das feiras livres em Araraquara data de 1953. Dispunha que o comércio estava

---

<sup>4</sup> Kuranaga (2006), identificou que as famílias de agricultores familiares assentados da feira do terminal de integração, compravam apenas os itens alimentares óleo, arroz, açúcar, carne (mistura) e com menor recorrência farinha de trigo, fubá, macarrão, ovos, sal, café, substituindo o óleo pela banha de porco às vezes e a mistura pela criação de galinhas e gado; a produção para autoconsumo correspondia a uma parcela importante da alimentação.

<sup>5</sup> A agricultura familiar é de forma abrangente definida como “uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados” (CARNEIRO, 1999, p. 327). Essa definição abarca grupos distintos, não podendo ser designados apenas por uma classe social ou por valores compartilhados únicos, bem como não se restringe a uma dualidade - baseada no senso comum - de um grupo fora da economia enquanto base produtiva, ou um braço do agronegócio. Apenas a variável *mercado* não classifica esse grupo no que diz respeito à escolha da atividade agrícola, práticas familiares e laços sociais.

<sup>6</sup> Cruz e Schneider (2010), apontaram que para Lang e Heasman, 2004, as políticas podem estar em uma fase de transição, de uma dominada pelo agronegócio e *comodites* para uma dominada pelas demandas de consumo.

<sup>7</sup> Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA,2007/08.

restrito de gêneros alimentícios, utensílios culinários e outros artigos para o abastecimento doméstico. Essa feira livre serviria como um facilitador da venda direta, não sendo permitida a revenda de mercadorias.

No ano seguinte foi promulgada uma nova lei (lei 350/1954) que restringia o comércio da feira a “gêneros alimentícios de primeira necessidade, laticínios, hortaliças, frutas, pescados aves e ovos”, ficando a prefeitura responsável pela fiscalização dessas vendas, nas quais os feirantes tinham que estar em dia com a carteira de vacinação e se diferenciarem através da cor dos aventais correspondentes aos produtos vendidos.

Só depois de mais de vinte anos que uma nova lei (2.281/1977) autorizava a revenda dos produtos, porém ainda restritos aos gêneros alimentícios e sujeitos ao pagamento de tributos anuais à prefeitura pela revenda, ficando ainda necessária a renovação das licenças anualmente. Já a lei 2.406/1978, em seu artigo primeiro, amplia o comércio da feira para artigos manufaturados de uso pessoal e doméstico, desde que essas bancas não ultrapassem o total de 20% das bancas registradas. Essa última lei previa a criação de uma comissão coordenadora para fiscalizar o horário de funcionamento da feira, as etiquetas com preços visíveis, a localização das barracas e o aferimento das balanças.

Kuranaga (2006) afirma que os primeiros programas da prefeitura municipal de Araraquara voltados para o escoamento da produção dos pequenos agricultores, ocorreram na primeira gestão dos partidos dos trabalhadores (2001-2008), com a criação de cargos na Coordenadoria de Atividades Agroindustriais e na Gestão de Segurança Alimentar.

O programa “Direto do Campo”<sup>8</sup> vem com essas ações, inspirado no projeto “Direto da Roça” (1998) de Belo Horizonte e na Feira do terminal de Campinas-SP, na viabilização de dois espaços para o escoamento da produção familiar: uma feira aos sábados na Praça Pedro de Toledo (região central da cidade), inaugurada em 2002, e outra de segunda a sábado no terminal urbano de ônibus, a qual atenderia também a população dos bairros periféricos da cidade. A prefeitura era responsável por disponibilizar aos feirantes barracas e transporte para a realização das feiras.

---

<sup>8</sup> O início do programa é marcado pela viabilização da superprodução de manga ocorrida em 2001 na cidade, mas seu marco regulatório acontece em 2007. Além dessas duas feiras, o “Direto do Campo” possuía mais três projetos: o Pró-orgânico, a Feira da Roça e o Direto do Campo Itinerante. O programa correu o risco de ser interrompido várias vezes pela prefeitura por questões orçamentárias e de interesses políticos, não tendo à época (2006) projeção de metas para o futuro.

Mas é só em 2007 que se tem o marco regulatório do programa (lei 6.570), voltado para a comercialização direta da produção agrícola familiar. Em 2014 esse programa transforma-se, através da mudança semântica, no “Negócio do Campo” (lei 8.288/2014). Com a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura, tendo o objetivo central<sup>9</sup> de apoiar a “comercialização, no varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, doces, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal, artigos oriundos do artesanato, cultura e lazer e outros gêneros alimentícios”, ficando proibida a venda de gêneros que a produção e/ou extração danifiquem o meio ambiente.

São ações atuais (2017) desse programa: a feira noturna da agricultura familiar, que acontece às quintas-feiras, a feira da agricultura familiar, que ocorre aos sábados no período da manhã na Praça “Pedro de Toledo”, as feiras diárias do Terminal de Integração e as feiras em parceria com as padarias da cidade que ocorrem de terça, quarta, quinta e domingo. Junto com tais feiras também ocorrem feiras livres tradicionais (com atravessadores), uma feira de produtores familiares em transição para a agroecologia na Universidade de Araraquara (UNIARA) e uma feira em condomínio habitacional, somando o total de 25 feiras por semana na cidade.

Reinterando os dados acima, em relação ao circuito de feiras do produtor da cidade de Araraquara-SP, esse é composto por 14 feiras semanais, em sua maioria (12) sob responsabilidade institucional da Coordenadoria Executiva da Agricultura<sup>10</sup>, como forma de escoamento e de acesso da população a produtos frescos. Nos documentos oficiais, esse projeto propõe aumentar a renda familiar dos pequenos agricultores e diversificar as opções de produtos que chegam à mesa da população.

Nessas feiras, os agricultores familiares precisam confirmar sua categorização com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>11</sup>. O município de Araraquara possui trezentos e

---

<sup>9</sup> Composto pelos objetivos periféricos “de facilitação do escoamento da produção agrícola de agricultores familiares e de assentamentos rurais da cidade, bem como o aumento da diversificação dessa produção e do emprego rural, oferecendo produtos de melhor qualidade e preços acessíveis que beneficiam o consumidor, voltando-se para a preocupação com a segurança alimentar do município.” (Texto da Lei municipal de Araraquara 8.288/2014).

<sup>10</sup> Até 2016 ficava a cargo da extinta Secretaria de Agricultura.

<sup>11</sup> A DAP é utilizada para identificação e qualificação da unidade familiar de produção rural, sendo esta composta[...]pela família e agregados denominados, em seu conjunto, como “agricultores familiares”, que exploram uma combinação de fatores de produção com a finalidade de atender à demanda interna por alimentos e outros bens que contribuem para o abastecimento da sociedade brasileira e na geração de divisas. (Manual do

cinquenta (350) cadastros de agricultores familiares como pessoas físicas na lista de DAP do município (Secretaria especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário, fevereiro de 2017). No entanto faz parte desse circuito de feiras de produtores apenas 36 famílias de agricultores familiares.

## O CIRCUITO DE FEIRAS DO PRODUTOR

Sobre as feiras promovidas pela prefeitura municipal, Kuranaga (2006) tinha a hipótese de que essas permitiram que o produtor assentado diversificasse seus cultivos e gerasse renda através da comercialização local, sendo esse um caminho para o desenvolvimento sustentável<sup>12</sup>.

A feira passou a ser lugar de encontro dos próprios assentados, que usavam esse espaço para criar “relações de amizade e cooperação” (KURANAGA, 2006). A diversificação da produção resultava em uma maior inserção econômica, diminuindo a dependência de um mercado específico. No âmbito do cultivo, essa diversidade ajudava no controle de pragas, além de proporcionar para os produtores familiares maior variedade destinada ao consumo alimentar; no entanto essa diversidade produtiva tinha um entrave: o escoamento.

Afirmção que vai ao encontro de investigações da sociologia rural sobre características complexas da organização desses produtores. A agricultura familiar, antes tida como “pequena produção” fica à deriva do poder público até os anos 1990; um dos principais obstáculos para o fortalecimento da agricultura familiar é o escoamento da produção, principalmente quando os produtores possuem o perfil de baixa renda e um baixo nível de escolaridade (PIERRI e VALENTE, 2010).

Esses aspectos dão corpo ao nosso objetivo geral de evidenciar através de discursos e ações a função socioeconômica para a população local, em especial agricultores familiares

---

agente emissor de DAP, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, 2014).

<sup>12</sup> O conceito de desenvolvimento sustentável, não encontra consensos, porém o mais aceito se encontra no Relatório de Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, elaborado durante a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, do ano de 1987, que em seu texto refere-se ao desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades. É nesse relatório que se encontra o tripé base do desenvolvimento sustentável, sendo ele o compromisso com o ecológico, com o econômico e com o social; os articuladores do desenvolvimento sustentável incluíram recentemente a variável cultural nessa base (BOFF, 2012). Para nossa perspectiva, trata-se de um conceito polissêmico, resultado de diversas lutas entre diversos atores (BENJAMIM VIEIRA, 2015).

assentados, do circuito de feiras do produtor no município de Araraquara-SP, enquanto circuito de comércio curto. A inspiração teórica que está por trás desse recorte e dessas incitações, e que compõem a nossa metodologia é a Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu somada a Sociologia Econômica e Sociologia Rural.

Para que possamos evidenciar os discursos e ações (com pesquisa de campo e entrevistas), tomamos, em um primeiro momento, o circuito de feiras de Araraquara-SP como elemento central, pensado como espaço social em relação com outros espaços, principalmente a prefeitura<sup>13</sup> municipal com o projeto “negócios do campo”, mas também com a esfera da agricultura da cidade em especial, com agricultores familiares assentados<sup>14</sup> e com a esfera de abastecimento de itens alimentares do município.

Foram realizadas nove entrevistas com 9 feirantes/agricultores familiares do circuito de feiras do produtor, tendo como objetivo identificar através de cinco aspectos (família, propriedade, feira, produção e financeiro) o espaço social da feira.

O compilado de informações obtidas com a pesquisa, apresentadas a seguir, tem no horizonte que os agentes centrais desse espaço social - que são, sobretudo, agricultores/feirantes nunca isolados, mas parte de uma rede de relações familiares, econômicas, políticas e afetivas - fazem não só uma feira, mas um circuito de comércio desse tipo, apoiados em suas trajetórias e nos campos dos possíveis (BOURDIEU, 1979). A prefeitura, como representante local do Estado, é uma instituição fundamental para tais possibilidades.

Esses feirantes, que hoje participam do circuito de feiras de produtores de Araraquara, antes vendiam para mercados fixos (supermercados, quitandas, etc.), e antes mesmo disso trabalhavam na colheita de laranja, no corte de cana ou exerciam outras profissões (costureiras, vendedores e um metalúrgico). A venda para os mercados fixos tinha pouco retorno financeiro e muitas perdas, devido à falta de garantias (tanto pelas ofertas disponíveis no mercado de produtos conforme a época, como de produção pelas imprevisibilidades climáticas), resultando, muitas vezes, no não escoamento da produção.

---

<sup>13</sup> No âmbito da instituição estado essa representa também o ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), respectivamente dentro dos governos estadual e federal

<sup>14</sup> Com as idas a campo identificamos que apenas duas famílias de agricultores, das dezoito barracas, não eram moradores do assentamento; já entre as dez famílias das barracas de comida, apenas duas eram de assentados e das três barracas de artesanato nenhuma era de assentado, mesmo assim as barracas de moradores do assentamento correspondem a mais da metade da feira.

De forma que a escolha de ir “fazer feira” é afirmada nas entrevistas pelo fato de que nela o valor agregado no produto é melhor, devido à venda direta e também relacionam essa escolha à autonomia: "na feira você trabalha pra você", ou então “é uma opção para não trabalhar na cidade”. Alguns ainda continuam vendendo os excedentes da feira para outros mercados, dando prioridade para vender os produtos mais frescos na feira.

O fato dos feirantes produzirem itens alimentícios faz com que também consumam os alimentos, isso é significativo principalmente para moradores do assentamento que compartilham de um discurso de que “tendo terra a gente não passa fome”. Fazem o consumo do que cultivam para a feira, além de consumirem frutas do pomar, do quintal da casa.

Nesse circuito de feiras, seguindo a normalização sanitária municipal, temos a proibição dos itens como produtos beneficiados, criações, ovos, etc . Essas vendas se autorizadas poderiam aumentar a renda dos feirantes. Durante a pesquisa de campo presenciei uma movimentação recente, em direção a essa reivindicação, por parte dos feirantes, pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR/UNIARA) somado ao Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e de agentes da prefeitura; movimento que busca rever as restrições de vendas modificando a legislação municipal, dentro do possível, principalmente em relação a produtos beneficiados (mandioca descascada, verduras cortadas, etc.)

Diferente do passado, a prefeitura cria um projeto de feiras que além de não precisar pagar impostos nas transações ali feitas, ou pelo uso do espaço, ainda organiza a logística das barracas e dá destino para as sobras da feira - que vão para instituições de caridade. Ela fiscaliza se os preços estão visíveis, se todos os feirantes estão presentes, se o horário está sendo respeitado, se não há concorrência desleal ou compatibilidade de itens e incompatibilidade de preços que poderia levar a grandes diferenças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inserção dos agricultores familiares no circuito de feiras de produtores de Araraquara-SP é possibilitado por um lado pelo acesso à terra para o cultivo (através dos projetos de assentamentos) e por outro pela legitimação de feiras do produtor. Martins (2014) em referência a Putnan (1996) chama essas últimas características de capital social da região, em relação às obrigações morais, valores e redes sociais próprias da região. As feiras de produtores familiares

de Araraquara permitem que os agricultores mantenham suas posições socioeconômicas sem precisarem mudar de profissão.

Se a feira, em relação à mão de obra subordinada aos fazendeiros, permitia mais simetrias e mais autonomia do que na situação anterior, ela também permite hoje em relação à venda para o mercado fixo e outras posições baixas e mal remuneradas no mercado de trabalho, a possibilidade de uma reprodução socioeconômica com mais qualidade de vida, sendo esse o discurso mais recorrente encontrado (“a feira trouxe mais qualidade de vida para minha família”) quando questionados a respeito dessa escolha (ir “fazer feira”). A periodicidade e o circuito das feiras, ou seja, não ter feira todos os dias, mas ter mais de uma feira na semana, é essencial para a continuidade da reprodução socioeconômica.

De maneira conclusiva para Garcia-Parpet (1984), a feira tem um significado em quase todas as comunidades: para os feirantes é lugar de ir vender o produto de sua plantação, mas também é lugar de troca, não só de produtos; para os consumidores é lugar de comprar frutas, verduras e legumes com maior qualidade e para prefeitura é lugar de mediar necessidades diferentes. A prefeitura, de maneira especial, ao articular as feiras potencializa o escoamento da produção agrícola familiar, beneficiando não só os produtores, mas também trabalha em prol da segurança alimentar para a população da cidade.

## REFERÊNCIAS

- ARARAQUARA. **Lei ordinária número 244**. Prefeitura de Araraquara, 1953.
- ARARAQUARA. **Lei ordinária número 350**. Prefeitura de Araraquara, 1954.
- ARARAQUARA. **Lei ordinária número 2.281**. Prefeitura de Araraquara, 1977.
- ARARAQUARA. **Lei ordinária número 2.406**. Prefeitura de Araraquara, 1978.
- ARARAQUARA. **Lei ordinária número 6.570**. Prefeitura de Araraquara, 2007.
- ARARAQUARA. **Lei ordinária número 8.288**. Prefeitura de Araraquara, 2014.
- BARONE, L. A. **A Revolta, Conquista e Solidariedade**. A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pósgraduação em Sociologia, UNESP, Araraquara, 1996.
- BENJAMIM VIEIRA, C. **Os produtos Orgânicos no Brasil**: aspectos econômicos, sociais e políticos. Monografia FCLAr, Araraquara-SP, 2015.

- BENJAMIM VIEIRA, C. **O fazer a feira**: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica. Dissertação do PPGCS UNESP/Araraquara, 2017
- BRASIL. **Manual do agente emissor de DAP**. Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA, 2014.
- BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é, o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOURDIEU, P. **O Desencantamento do Mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BRUNDTLAN, C. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**: o nosso futuro comum. Nova Iorque: Universidade de Oxford, 1987.
- CARNEIRO, M. J. **Agricultores familiares e pluriatividade**: tipologias e políticas. In: Mundo Rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad e Pronex, 1999. p. 323-344.
- CRUZ, F. T. da; SCHNEIDER, S. **Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais**. Revista Brasileira de Agroecologia, vol.5, n. 2, 2010, p 22 – 38.
- GARCIA-PARPET, M. F. **Feira e Trabalhadores Rurais**: as feiras do brejo e do agreste paraibano. Rio de Janeiro: tese de doutorado- UFRJ, 1984
- GARCIA- PARPET, M. F. **Representações Científicas e Práticas Mercantis Camponesas**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas Raízes, vol. 21, n. 02, 2002.
- KURANAGA, A. A. **Feiras do produtor: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara**. Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2006.
- LUPA. **Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo**. Dados consolidados municipais, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA 2007/2008.
- MARTINS, R. C. **Pensando as ruralidades contemporâneas**. In MARTINS, R. C. (org). Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EduFSCar, 2014, p. 7 – 12.
- PIERRI, M. C. P; VALENTE, A. L. E. F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da Agricultura familiar**. Campo Grande-MS: Anais do 48º Congresso da SOBER, 2010.

RAU, V. **Feiras Medievais Portuguesas**: subsídios para o seu estudo. Lisboa: editora Presença, 1983.

WHITAKER, D. C. A. **A Questão da diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara-SP**. In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V. L. S. B. Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003